

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M F DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*MÁRIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SA CORRÊA — *Editor*FLAVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

## O Bolso de Cada Um

A inflação de janeiro (o mês da decretação do congelamento de preços do Plano Verão) pode passar de 60%, segundo admite o próprio ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Pode parecer um número assustador, pois representa mais do que o dobro da inflação de 28,79% apurada em dezembro, até então a maior da história do país.

A compreensão a respeito da fórmula habitual de apurar a inflação, medida pelo índice de preços ao consumidor (IPC) da Fundação IBGE, e a comparação com a sistemática específica para aferir a inflação de janeiro — que incluirá toda a febre da remarcação de preços nas vésperas do Plano Verão, anunciado oficialmente dia 15 de janeiro, e os próprios reajustes de preços e tarifas do governo ou autorizados ao setor privado pelo Conselho Interministerial de Preços — leva à conclusão que o índice de mais 60% é até razoável.

O IPC refere-se a uma cesta básica de consumo para as famílias de renda mensal até cinco salários mínimos. Ele é apurado nas dez principais capitais brasileiras, cotejando a média de preços entre o dia 16 do mês anterior e o dia 15 do mês em curso com a média de preços entre o dia 16 de dois meses atrás e o dia 15 do mês anterior. Assim, normalmente, a inflação de janeiro seria apurada comparando a média de preços entre 16 de dezembro e 15 de janeiro com a média de preços entre 16 de novembro e 15 de dezembro. Para efeitos estatísticos, isso equivale a comparar a cesta básica em 30 de dezembro com os preços vigentes em 30 de novembro.

Com o congelamento a partir de 16 de janeiro, com base nos preços em vigor no sábado, dia 14, a utilização da sistemática anterior de nada serviria para medir a inflação até o congelamento: Seriam preços de 30 de dezembro, contra preços médios em 30 de novembro. Para ficar claro à sociedade e ao governo, que precisa acompanhar os preços para ver como se comporta o Plano Verão, optou-se por incluir toda a alta de preços até o dia 15, ou seja, os preços de sábado. Assim, não é de admirar que os índices de inflação venham a superar os 60%.

No Plano Bresser, anunciado numa sexta-feira, 12 de junho, ocorreu o mesmo fenômeno estatístico e a inflação mensal, que estava em 23%, medida pelo IPC, deu um salto para 26,06%, mesmo sem a autorização para reajustes de preços corretivos ou a remarcação desen-

freada de preços como na véspera do Plano Verão.

Mas, também é certo que já no mês de fevereiro, cujo período para a coleta dos preços começou dia 16 e se encerra em 15 de fevereiro, haverá substancial queda da inflação. Não só por força do congelamento. Mas, porque, a despeito de reajustes corretivos de preços autorizados nas duas últimas semanas, como os do pão e leite, esse período será confrontado com o pico dos preços na véspera do Plano Verão. Mesmo com os reajustes depois do Plano, a inflação pode cair para menos de cinco por cento. No Plano Bresser, quando se aplicou a mesma sistemática, os preços aumentaram, em média, apenas 3,05% em julho.

Esses números vão provocar, certamente, muitas queixas contra a perda de salários e rendimentos em relação à inflação de janeiro, uma taxa não comparável às demais pela própria forma de apuração. Deve o governo suportar as queixas e enfrentar com toda energia o problema maior da ablação do processo inflacionário.

Os argumentos a serem levantados servirão como motivo forte para o governo implantar os desdobramentos do Plano Verão da maneira mais rápida possível, para que o programa siga em frente com severidade. O perigo maior do Brasil é a hiperinflação. Ela já estava configurada em janeiro, e vinha colocando o país na recessão, ameaçando a conclusão do processo de transição democrática, nas primeiras eleições diretas para a presidência, em 15 de novembro próximo.

A espiral inflacionária na qual está metido o Brasil há dez anos, quando as taxas anuais já superavam a casa dos 100%, implicou uma década de medíocre crescimento econômico. Insuficiente para gerar os empregos necessários à jovem população brasileira. O país não pode ficar condenado à estagnação. A ameaça interna à estagnação é a inflação gerada pelos gastos descontrolados do setor público. É inadiável atacá-los sem tréguas.

A sociedade sabe que o preço do saneamento das finanças pública dói no bolso de cada um. Mesmo assim, ela prefere pagar o preço para ter um futuro melhor, com uma nação capaz de garantir o crescimento e o bem-estar das futuras gerações sem os riscos de uma hiperinflação desestabilizadora. O governo lançou seu programa. Cabe agora ao Legislativo responder prontamente às expectativas da sociedade.